Estratégia Concursos

Aula 00

PC-RJ (Médico Legista) Legislação Penal - 2021 (Pós-Edital) - Prof Alexandre Herculano

Autor:
Alexandre Herculano

24 de Setembro de 2021

Sumário

1. Lei de Tortura (Lei 9.455/97) 5

1.1. Artigos mais abordados em prova 5

1.2. Parte Penal e Processual 5

1.3. Quadro resumo 8

Lista de Questões 9

Questões Comentadas 25

Gabarito 51

APRESENTAÇÃO PESSOAL



Olá, meus amigos!

Meu nome é Alexandre Herculano e vamos iniciar o **curso de Leis Penais para PCRJ**. Vou abordar teoria e muitas questões, com base no recente edital publicado. Vamos trabalhar questões FGV e outras.

Sou professor de **Leis Penais Extravagantes**, Trânsito, Criminologia e Medicina Legal há 14 anos. Professor de Medicina Legal na Pós-Graduação presencial de Penal e Processual Penal da CESUL-PR. Pós-graduado em Perícia Criminal e Ciência Forense, Pós-Graduado em Gestão da Segurança Pública, e **Pós-graduado em Penal e Processo Penal**. Servidor público federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Fui aprovado, também, nos concursos da Polícia Civil (área policial e pericial) do Rio de Janeiro, Polícia Rodoviária Federal – PRF (duas vezes), Analista em Segurança Judiciária do STJ – 12ª posição (Inspetor de Segurança) e outros.

Sou **autor de livros** (Leis Penais, Trânsito, Medicina Legal e Criminologia).

Atuei quatro anos na **Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça e Segurança Pública),** que fica em Brasília, assim, adquiri boa experiência nessa área, além de ter colaborado em cursos EAD para a Polícia Civil de vários Estados. Ministrei aulas para os concursos da PRF, PCMG, PCBA, IGC-SC, PCSP, PCGO, PCDF, PCRJ e outros. Tivemos vários aprovados, logo, espero fazer parte do seu sucesso também!

Meus amigos, para atingir o sucesso, não deixem para estudar na última hora. **Estudando bem este curso vocês já sairão na frente!** Qualquer dúvida, utilizem o fórum do site. Será um prazer atendê-los, ok?

No curso teremos **aulas em pdf e videoaulas**. Além disso, vamos ter **resumos e mapas mentais** que ficarão disponíveis na área do aluno. Isso para cada aula postada. Dessa forma, vocês vão ter material suficiente para irem bem na prova de Leis Penais.

Vejamos **alguns feedbacks**, recentes, de alunos que estudaram comigo. Foram muitas aprovações:

> "Curso 100% satisfatório! por mais que eu não tenha terminado o curso todo, tudo que vi até agora foi muito útil para meus estudos, parabéns ao Herculano.
>
> "MELHOR PROFESSOR DE MEDICINA LEGAL DO BRASIL"
>
> "Venho agradece imensamente ao professor Alexandre Herculano, fiquei em 1º colocado no concurso do TRT RJ de 2017, para área de Segurança Judiciária."

"Olá, professor. Quero deixar meu agradecimento. Estou aprovado no TRF 2º 2017, Técnico Segurança e Transportes 2017. Fiz o curso específico com o seu material. Fica minha consideração ao trabalho. Abraço.

"Prof passei em 2º lugar para Agente do Detran-CE 2018 p/ Aracati, quero lhe agradecer pelo material que fez no Estratégia, foi certeiro! Eu estudei tudo várias e várias vezes!! Obrigada!"

"Depois de ter passado no taf na PRF venho aqui deixar meu agradecimento especial ao professor Alexandre Herculano. O cara é fantástico!"

"professor, fiquei em primeiro colocado para legista do IGP-PR. Obrigado por tudo."

"Gostaria de exaltar os pdf's do professor, são de leitura gostosa, dinâmico e rico em conteúdo. Vale a pena investir."

"Criminologia ficou fácil com o Alexandre Herculano, parabéns ao Estratégia e toda equipe."

"O melhor professor de Legislação de Trânsito."

"Passeeeeeiiiiii, mestre, 8º colocado na PRF. Muito obrigado pelas dicas!"

"Professor Herculano, muito obrigado pela ajuda. Sua participação na minha aprovação foi fundamental."

É gratificante ver essas mensagens. Essas foram algumas considerações pela área do aluno, fora as mensagens que recebemos diariamente no Instagram e Facebook. Isso mostra que estamos no caminho certo. Vamos com tudo!

Para ter acesso a **dicas e informações gratuitas**, acesse as seguintes redes sociais:

Professor Alexandre Herculano

@prof.herculano

Observação importante: este curso é protegido por direitos autorais (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos. Valorize o trabalho de nossa equipe adquirindo os cursos honestamente através do site Estratégia Concursos

Então, vamos começar! Mas antes, percam seis minutinhos para assistir esse vídeo, tenho certeza que muitos irão se animar.

http://www.youtube.com/watch?v=qZIPGfzhzvM

Ah! Mais um minutinho importante...rsrs!

Antes de iniciarmos o nosso curso, vamos a alguns **AVISOS IMPORTANTES:**

1) Com o objetivo de ***otimizar os seus estudos***, você encontrará, em ***nossa plataforma (Área do aluno)***, alguns recursos que irão auxiliar bastante a sua aprendizagem, tais como **"*Resumos*", "*Slides*"** e **"*Mapas Mentais*"** dos conteúdos mais importantes desse curso. Essas ferramentas de aprendizagem irão te auxiliar a perceber aqueles tópicos da matéria que você precisa dominar, que você não pode ir para a prova sem ler.

2) Em nossa Plataforma, procure pela ***Trilha Estratégica e Monitoria*** da sua respectiva área/concurso alvo. A Trilha Estratégica é elaborada pela nossa equipe do *Coaching*. Ela irá te indicar qual é exatamente o ***melhor caminho*** a ser seguido em seus estudos e vai te ajudar a ***responder as seguintes perguntas***:

- Qual a melhor ordem para estudar as aulas? Quais são os assuntos mais importantes?

- Qual a melhor ordem de estudo das diferentes matérias? Por onde eu começo?

- "*Estou sem tempo e o concurso está próximo!*" Posso estudar apenas algumas partes do curso? O que priorizar?

- O que fazer a cada sessão de estudo? Quais assuntos revisar e quando devo revisá-los?

- A quais questões deve ser dada prioridade? Quais simulados devo resolver?

- Quais são os trechos mais importantes da legislação?

3) Procure, nas instruções iniciais da "Monitoria", pelo *Link* da nossa **"*Comunidade de Alunos*"** no Telegram da sua área / concurso alvo. Essa comunidade é ***exclusiva*** para os nossos assinantes e será utilizada para orientá-los melhor sobre a utilização da nossa Trilha Estratégica. As melhores dúvidas apresentadas nas transmissões da "***Monitoria***" também serão respondidas na nossa ***Comunidade de Alunos*** do Telegram.

(*) O Telegram foi escolhido por ser a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, tem recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa Comunidade de Alunos.

1. Lei de Tortura (Lei 9.455/97)

1.1. Artigos mais abordados em prova

Artigos da Lei em estudo	Percentuais aproximados
Art. 1	90%
Art. 2	10%

1.2. Parte Penal e Processual

A Lei n. 9.455/1997 define os crimes de tortura. Existem, na Constituição Federal, três dispositivos que tratam do combate à tortura. Esses dispositivos servem de fundamento para a Lei n. 9.455/1997. Abaixo, os três dispositivos na Constituição Federal.

> *"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo- se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
>
> *III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;*
>
> *XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;"*

A tortura é um crime equiparado ao hediondo. Os crimes equiparados ao hediondo são: **Tráfico de drogas; Tortura; e Terrorismo.**

> *Art. 1º Constitui crime de tortura:*

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

A tortura-confissão, persecutória ou prova está prevista no art. 1º da norma.

Quem constrange, constrange alguém a fazer alguma coisa. O crime de tortura só se configura com o emprego de violência? Não! Pode ser **com violência ou com grave ameaça**. O que diferencia a tortura do abuso de autoridade é a presença, na vítima, do sofrimento físico ou mental? Na tortura, a vítima tem sofrimento físico ou mental. Já no abuso de autoridade, não. Pode, no mesmo contexto fático, existir a tortura e o abuso de autoridade. O delito de tortura necessariamente absorve o abuso? Não. O delito de tortura não absorve o abuso.

Tortura-confissão, persecutória ou prova é um crime que pode ser cometido por qualquer pessoa. Trata-se de um crime comum. Não é um crime próprio.

Lembrando que crime próprio é aquele que **exige uma especial qualidade do agente**. Crime comum é aquele que qualquer pessoa pode praticar.

O segundo crime é a **tortura-crime ou tortura para a prática de crime**. Esse crime tem pouca incidência em provas de concurso.

Cabe lembrar que incorre, na mesma pena, quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal. Já aquele que **se omite em face dessas condutas**, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de **detenção de um a quatro anos.**

E se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima? Aí a pena é de reclusão de quatro a dez anos; e se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

A norma, menciona, algumas majorantes. É preciso saber que a pena de vai ser aumentada **um sexto até um terço:**

- ✓ se o crime é cometido por agente público;
- ✓ se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 anos;
- ✓ se o crime é cometido mediante sequestro.

E para fecharmos, a condenação acarretará **a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.** Trata-se de efeito automático da condenação.

> *Art. 2º O disposto nesta Lei **aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional**, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.*

O art. 2º traz uma hipótese de extraterritorialidade da lei penal. Ou seja, uma exceção ao Princípio da Territorialidade da Lei Brasileira, prevista no art. 5º, do Código Penal.

1.3. Quadro resumo

Tópicos/Leis	9.455/97
Mjorante	Um sexto até um terço -agente pub. -criança, gestante, deficiência, adolescente e idoso -mediante sequestro
Minorante/privilégio	-
Agravante	-
Atenuante	-
Qualificado	Lesão corporal grave ou gravíssima ou morte
Culposos	-
Infiltração	-
Delação	-
Crimes de menor potencial ofensivo	-
Associação	-
Perda do cargo	Efeito da condenação
Hediondo/equiparado	Tortura (exceto § 2º - omissão)

LISTA DE QUESTÕES



1. (2019 - IADES - SEAP-GO - Agente de Segurança Prisional) A respeito da Lei no 9.455/1997 (Lei da Tortura), assinale a alternativa correta.

A) A consumação se dá com o emprego de meios violentos, ocasionando sofrimento físico ou mental, englobando, inclusive, o mero aborrecimento, o qual é apto a configurar o crime de tortura.

B) A tortura-castigo exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o passivo.

C) A diferenciação entre a tortura e os maus-tratos é o elemento subjetivo. No crime de maus-tratos, não há o animus corrigendi, disciplinandi, já no crime de tortura, o agente tem esse ânimo, além de agir com ódio, com vontade de ver um sofrimento desnecessário, com sadismo.

D) O objeto jurídico tutelado pela norma penal no crime de tortura é apenas a integridade corporal e a saúde física.

E) O dolo específico não constitui elementar fundamental para a configuração das modalidades do crime de tortura previstas no art. 10 da Lei no 9.455/1997.

2. (2019 - FEPESE - SJC-SC - Agente Penitenciário) Analise as afirmativas abaixo com fundamento na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1977, que define os crimes de tortura e dá outras providências.

1. Aumenta-se a pena do crime de tortura de um sexto até um terço se o crime é cometido mediante sequestro.

2. A pena para o crime de tortura, quando resulta morte, é de reclusão de oito a doze anos.

3. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

4. O condenado por crime de tortura, quando resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

A) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

B) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

C) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

3. (2018 - IBADE - SEJUDH - MT - Assistente do Sistema Socioeducativo – Técnico de Saúde Bucal) Aquele que constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa, pratica crime de:

A) maus-tratos.

B) tortura.

C) homicídio.

D) constrangimento ilegal.

E) omissão de socorro.

4. (2019 - FADESP - CPC-RENATO CHAVES - Perito Criminal - Engenharia Civil) Acerca do crime de tortura, previsto na Lei 9455/97, é INCORRETO afirmar que

A) configura tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

B) configura tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

C) configura tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa.

D) na mesma pena do crime de tortura incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a(à) medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

E) na mesma pena incorre quem se omite em face das condutas descritas como tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las.

5. (2019 - FCC - SEFAZ-BA - Auditor Fiscal - Administração, Finanças e Controle Interno - Prova I) Lindomar é agente público e foi condenado à pena de reclusão de quatro anos pela prática de tortura. De acordo com a Lei federal nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências, a condenação de Lindomar acarretará a

A) suspensão do seu cargo, função ou emprego público por dois anos.

B) perda do seu cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por quatro anos.

C) suspensão do seu cargo, função ou emprego público por quatro anos.

D) perda do seu cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por oito anos.

E) perda do seu cargo, função ou emprego público e a interdição permanente para seu exercício.

6. (2019 - INSTITUTO AOCP - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8) A respeito dos Crimes de Tortura, regulados pela Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa correta.

A) A pena prevista para o crime de tortura consistente em submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, é de reclusão de dois a cinco anos.

B) A pena prevista para aquele que se omite em face de condutas que caracterizam crimes de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, é de um a três anos.

C) O agente público que pratica uma das condutas que caracterizam crimes de tortura terá a pena aumentada em dois terços.

D) O agente público condenado por crime de tortura perderá o cargo, função ou emprego público e sofrerá interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

E) O crime de tortura é insuscetível de fiança ou graça, mas é suscetível de anistia.

7. (2018 - COPS-UEL - PC-PR - Escrivão de Polícia) Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a denominação do crime decorrente de constrangimento a alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial e apenado com reclusão de 2 a 8 anos.

A) Crime de constrangimento ilegal.

B) Crime de lesão física e mental.

C) Crime de violência ou grave ameaça.

D) Crime de racismo.

E) Crime de tortura.

8. (2018 - IBFC - SEAP-MG - Agente de Segurança Penitenciário) No que diz respeito ao crime de tortura, assinale a alternativa correta.

A) o crime de tortura é afiançável

B) o crime de tortura é suscetível de anistia

C) a condenação deve acarretar a perda do cargo público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada

D) constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, com emprego de grave ameaça, a intenso sofrimento mental, como forma de aplicar castigo pessoal

E) o crime de tortura é suscetível de graça

9. (2018 - IBFC - SEAP-MG - Agente de Segurança Penitenciário) Assinale a alternativa correta. No crime de tortura, a pena aumenta de um sexto até um terço se o crime é cometido:

A) contra pessoa maior de 50 (cinquenta) anos

B) mediante rapto

C) por agente público

D) mediante extorsão

E) mediante violência ou grave ameaça

10. **(2018 - AOCP - SUSIPE-PA - Agente Prisional) De acordo com a Lei nº 9.455/1997, se do crime de tortura resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de**

A) quatro a dez anos.

B) seis a doze anos.

C) um a quatro anos.

D) dois a oito anos.

E) seis a vinte anos.

11. **(2018 - CESPE - Polícia Federal - Delegado de Polícia Federal) Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação a crime de tortura, crime hediondo, crime previdenciário e crime contra o idoso.**

Cinco guardas municipais em serviço foram desacatados por dois menores. Após breve perseguição, um dos menores evadiu-se, mas o outro foi apreendido. Dois dos guardas conduziram o menor apreendido para um local isolado, imobilizaram-no, espancaram-no e ameaçaram-no, além de submetê-lo a choques elétricos. Os outros três guardas deram cobertura. Nessa situação, os cinco guardas municipais responderão pelo crime de tortura, incorrendo todos nas mesmas penas.

12. **(2018 - UEG - PC-GO - Delegado de Polícia) Na hipótese de um servidor público ser condenado pelo crime de tortura qualificada pelo resultado morte a uma pena de doze anos de reclusão, referida condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por**

A) cinco anos

B) dez anos

C) doze anos

D) vinte e quatro anos

E) trinta e seis anos

13. (2018 - IBADE - SEPLAG-SE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional) O agente público que submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, pratica o delito de:

A) tortura com aumento de pena.

B) tortura.

C) maus-tratos com aumento de pena.

D) exposição a perigo.

E) maus-tratos.

14. (2018 -NUCEPE - PC-PI - Agente de Polícia Civil) Acerca do crime de tortura, marque a alternativa CORRETA.

A) Constitui-se crime de tortura, somente quando causar dano psíquico a outrem.

B) Caso o crime de tortura seja cometido por agente público, aumenta-se a pena de um terço à metade.

C) Nas situações previstas em lei, no crime de tortura, o juiz poderá arbitrar fiança.

D) Constitui-se crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

E) Em qualquer situação o condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

15. (2018 -NUCEPE - PC-PI - Delegado de Polícia Civil) Após a Segunda Guerra Mundial, adotada e proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos inerentes à pessoa humana passam a ser protegidos mundialmente. No Brasil, os atos de tortura e as tentativas de praticar atos dessa natureza são coibidos. Marque abaixo a alternativa CORRETA quanto ao crime de tortura.

A) O crime de tortura é inafiançável, embora suscetível de graça ou anistia.

B) Se o crime de tortura é cometido contra maior de 60 (sessenta) anos aumenta-se a pena em de 1/3 (um terço) até à metade.

C) Se o crime de tortura é cometido por agente público, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) até à metade.

D) Não se constitui crime de tortura o constrangimento de alguém com o emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico, em razão de discriminação racial ou religiosa.

E) Constitui crime de tortura: constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o objetivo de obter alguma informação, declaração ou confissão.

16.(2018 - MPE-MS - MPE-MS - Promotor de Justiça Substituto) Analise as proposições a seguir.

I. Configura crime de preconceito de raça ou cor (Lei n. 7.716/1989) distribuir emblemas com símbolos que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

II. Adolescente que pratica ato infracional análogo ao do artigo 28 da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), pois apreendida consigo substância entorpecente para uso pessoal, não pode ter contra si aplicada medida socioeducativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) que restrinja, ainda que parcialmente, sua liberdade pessoal, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

III. É crime de tortura (Lei n. 9.455/1997) a conduta de constranger alguém com emprego de grave ameaça, causando-lhe sofrimento mental, em razão de discriminação religiosa.

IV. Tratando-se de crime hediondo ou equiparado (Lei n. 8.072/90), o condenado por crime de tortura (Lei n. 9.455/1997), em qualquer modalidade, deverá iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.

Assinale a alternativa correta.

A) Somente os itens I e II estão corretos.

B) Somente os itens III e IV estão corretos.

C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.

D) Somente os itens I, II e III estão corretos.

E) Todos os itens estão corretos.

17. **(2018 - CESPE -STJ - Analista Judiciário - Judiciária) Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue.**

A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.

18. **(2018 - CESPE - PC-MA - Investigador de Polícia) Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,**

A)e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.

B) estará configurada uma causa de aumento de pena.

C) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.

D) provado o fato, a pena será de detenção.

E) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

19. **(2018 - CESPE - DPE-PE - Defensor Público) De acordo com a legislação penal especial, assinale a opção correta.**

A) Comete o crime de tortura aquele que, tendo o dever de evitar a conduta, se mantém omisso ao tomar ciência ou presenciar pessoa presa ser submetida a sofrimento físico ou mental, por meio da prática de ato não previsto legalmente.

B) A autoridade policial pode praticar a ação controlada — que consiste no retardamento da intervenção policial para aguardar o momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações — independentemente de prévia comunicação ao juiz competente.

C) Será interditado do exercício da atividade pública por igual período ao da pena privativa de liberdade prevista no Código Penal para o crime de lavagem de dinheiro o indivíduo que, exercendo cargo ou função pública de qualquer natureza, for condenado pela prática de tal crime.

D) Sendo o servidor público condenado por crime de abuso de autoridade, será decretada a perda do cargo e a sua inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo de até cinco anos.

E) Em qualquer hipótese, configura-se o crime de disparo de arma de fogo disparar arma de fogo com a finalidade de praticar outro crime.

20. **(2017 - CESPE - PGE-SE - Procurador do Estado) No que concerne ao crime de tortura, assinale a opção correta.**

A) O indivíduo que se omite ante a prática de tortura quando deveria evitá-la responde igualmente pela conduta realizada.

B) A legislação especial brasileira concernente à tortura aplica-se somente aos crimes ocorridos em território nacional.

C) No crime de tortura, a prática contra adolescente é causa de aumento de pena de um sexto até um terço.

D) A condenação de funcionário público por esse crime gera a perda do cargo, desde que a sentença assim determine e que a pena aplicada seja superior a quatro anos.

E) A submissão de pessoa presa a sofrimento físico ou mental por funcionário público que pratique atos não previstos em lei exige o dolo específico.

21. **(2017 - UECE-CEV - SEAS - CE - Assistente Social / Pedagogo / Psicólogo) O disposto na Lei Federal nº 9.455 de 1997 (Lei da Tortura)**

A) aplica-se quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima estrangeira, ainda que o agente não se encontre em local sob jurisdição brasileira.

B) não se aplica quando o crime não tenha sido cometido em território nacional.

C) aplica-se quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

D) não se aplica quando o crime tenha sido cometido em território nacional, mas a vítima seja estrangeira.

22. **(2017 - IBFC -EMBASA - Engenheiro (Engenharia Civil/Produção Civil) Assinale a alternativa incorreta sobre as previsões expressas da Lei Federal nº 9.455, de 07 de abril de 1997 que define os crimes de tortura e dá outras providências.**

A) Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa

B) Aquele que submeter pessoa presa ou sujeita a medida de segurança, a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal, incorre em pena diversa àquela prevista para o crime de tortura

C) No crime de tortura, aumenta-se a pena de um sexto até um terço, se o crime é cometido por agente público

D) No crime de tortura, aumenta-se a pena de um sexto até um terço, se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos

23. (CESPE – 2018 – Investigador - PC MA) Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,

a) e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.

b) estará configurada uma causa de aumento de pena.

c) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.

d) provado o fato, a pena será de detenção.

e) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

24. (CESPE - Analista Judiciário (STJ)/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018) Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue.

A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.

25. (CESPE - Procurador do Estado de Sergipe/2017) No que concerne ao crime de tortura, assinale a opção correta.

a) O indivíduo que se omite ante a prática de tortura quando deveria evitá-la responde igualmente pela conduta realizada.

b) A legislação especial brasileira concernente à tortura aplica-se somente aos crimes ocorridos em território nacional.

c) No crime de tortura, a prática contra adolescente é causa de aumento de pena de um sexto até um terço.

d) A condenação de funcionário público por esse crime gera a perda do cargo, desde que a sentença assim determine e que a pena aplicada seja superior a quatro anos.

e) A submissão de pessoa presa a sofrimento físico ou mental por funcionário público que pratique atos não previstos em lei exige o dolo específico.

26. **(CESPE - Agente de Polícia (PC GO)/2016 - adaptada) À luz das disposições da Lei n.º 9.455/1997, que trata dos crimes de tortura, julgue o item.**

O delegado que se omite em relação à conduta de agente que lhe é subordinado, não impedindo que este torture preso que esteja sob a sua guarda, incorre em pena mais branda do que a aplicável ao torturador.

27. **(CESPE – DEPEN - Agente Penitenciário Federal - Área 3) Com base na Lei Antitortura e na Lei contra Abuso de Autoridade, julgue o item subsequente.**

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Um servidor público federal, no exercício de atividade carcerária, colocou em perigo a saúde física de preso em virtude de excesso na imposição da disciplina, com a mera intenção de aplicar medida educativa, sem lhe causar sofrimento. ASSERTIVA: Nessa situação, o referido agente responderá pelo crime de tortura.

28. **(2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) No que diz respeito à legislação penal extravagante, segundo entendimento do STJ e do STF, julgue o item.**

A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição, para seu exercício, pelo triplo do prazo da pena aplicada.

29. **(CESPE - 2004 - Polícia Federal - Escrivão da Polícia Federal - Regional) Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.**

Um agente de polícia civil foi condenado a 6 anos de reclusão pela prática de tortura contra preso que estava sob sua autoridade. Nessa situação, o policial condenado deve perder seu cargo público e, durante 12 anos, ser-lhe-á vedado exercer cargos, funções ou empregos públicos.

30. (CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia) Determinado policial militar efetuou a prisão em flagrante de Luciano e o conduziu à delegacia de polícia. Lá, com o objetivo de fazer Luciano confessar a prática dos atos que ensejaram sua prisão, o policial responsável por seu interrogatório cobriu sua cabeça com um saco plástico e amarrou-o no seu pescoço, asfixiando-o. Como Luciano não confessou, o policial deixou-o trancado na sala de interrogatório durante várias horas, pendurado de cabeça para baixo, no escuro, período em que lhe dizia que, se ele não confessasse, seria morto. O delegado de polícia, ciente do que ocorria na sala de interrogatório, manteve-se inerte. Em depoimento posterior, Luciano afirmou que a conduta do policial lhe provocara intenso sofrimento físico e mental.

Considerando a situação hipotética acima e o disposto na Lei Federal n.º 9.455/1997, julgue os itens subsequentes.

O delegado não pode ser considerado coautor ou partícipe da conduta do policial, pois o crime de tortura somente pode ser praticado de forma comissiva.

31. (Estilo CESPE - 2020) Acerca dos crimes de abuso de autoridade e de tortura, julgue os itens subsequentes.

Há concurso de crimes de abuso de autoridade e de tortura se, em um mesmo contexto, mas com desígnios autônomos, dois agentes torturam preso para que ele confesse a autoria de delito e, em seguida, o exibem, sem autorização, para as redes de televisão como suposto autor confesso do crime.

32. (CESPE - TJ-AC - Técnico Judiciário - Área Judiciária) Acerca das leis penais extravagantes, julgue os itens subsecutivos, de acordo com o magistério doutrinário e jurisprudencial dominantes.

Suponha que João, penalmente capaz, movido por sadismo, submeta Sebastião, com emprego de violência, a contínuo e intenso sofrimento físico, provocando-lhe lesão corporal de natureza gravíssima. Nessa situação, João deverá responder pelo crime de tortura e, se condenado, deverá cumprir a pena em regime inicial fechado.

33. (CESPE - TJ-PB - Juiz Substituto) Julgue os itens a respeito das penas e efeitos da condenação previstos na Lei n.º 9.455/1997, que define o crime de tortura.

A condenação por crime de tortura somente importará na perda do cargo, função ou emprego público em caso de aplicação de regime semiaberto ou fechado para cumprimento de pena.

34. (Estilo CESPE - 2020) Em relação aos crimes contra a fé pública, aos crimes contra a administração pública, aos crimes de tortura e aos crimes contra o meio ambiente, julgue o item a seguir.

Caracteriza uma das espécies do crime de tortura a conduta consistente em, com emprego de grave ameaça, constranger outrem em razão de discriminação racial, causando-lhe sofrimento mental.

35. (CESPE - Juiz de Direito Substituto – TJ) Considerando as leis que tratam da tortura, julgue os itens.

O crime de tortura que resulta em lesão corporal de natureza grave ou gravíssima é punível conforme as penas previstas para esse delito, acrescidas das referentes ao delito de lesão corporal grave ou gravíssima.

36. (Estilo CESPE - 2020 - Inédita) Julgue os itens, à luz do disposto nas leis que definem os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor e os crimes de tortura.

Considere que um policial civil, após infligir sofrimento mental mediante privação do sono, exija que o acusado de roubo reconheça determinado homem como sendo seu comparsa. Nessa situação, o referido policial não cometeu o delito de tortura, mas de constrangimento ilegal em concurso material com cárcere privado.

37. (Estilo CESPE - 2020 - Inédita) Julgue os itens, à luz do disposto nas leis que definem os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor e os crimes de tortura.

Por se tratar de crime próprio, o crime de tortura é caracterizado pelo fato de o agente que o pratica ser funcionário público.

38. (CESPE - MPU - Técnico de Apoio Especializado - Transporte) Com relação aos crimes de tortura, julgue os próximos itens.

O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

39. CESPE - Polícia Federal - Agente da Polícia Federal) A respeito das leis especiais, julgue os itens a seguir.

O policial condenado por induzir, por meio de tortura praticada nas dependências do distrito policial, um acusado de tráfico de drogas a confessar a prática do crime perderá automaticamente o seu cargo, sendo desnecessário, nessa situação, que o juiz sentenciante motive a perda do cargo.

40. (Estilo CESPE - 2020 - Inédita) Com referência às penas e à sua aplicação, julgue os seguintes itens.

Se um integrante de corporação policial militar for processado penalmente pela prática de tortura ao submeter agente preso por sua guarnição a sofrimento físico intenso com a intenção de obrigá-lo a delatar os comparsas, o julgamento do processo deverá ocorrer na justiça comum, e a eventual condenação implicará, automaticamente, a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, como efeito automático da condenação, dispensando-se motivação circunstanciada.

41. (CESPE - 2013 - PC-DF - Agente de Polícia) Julgue o item que se segue, acerca da legislação especial criminal.

O agente público que submeter pessoa presa a sofrimento físico ou mental, ainda que por intermédio da prática de ato previsto em lei ou resultante de medida legal, praticará o crime de tortura.

42. (CESPE - PC-DF - Escrivão de Polícia) Em relação aos crimes de tortura (Lei n. o 9.455/1997), julgue os itens que se seguem.

Considere a seguinte situação hipotética.

O agente carcerário X dirigiu-se ao escrivão de polícia Y para informar que, naquele instante, o agente carcerário Z estava cometendo crime de tortura contra um dos presos e que Z disse que só pararia com a tortura depois de obter a informação desejada.

Nessa situação hipotética, se nada fizer, o escrivão Y responderá culposamente pelo crime de tortura.

43. (CESPE - DEPEN - Agente Penitenciário) Em cada um dos itens é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965 e na Lei n.º 9.455/1997.

Joaquim, agente penitenciário federal, foi condenado, definitivamente, a uma pena de três anos de reclusão, por crime disposto na Lei n.º 9.455/1997. Nos termos da referida lei, Joaquim ficará impedido de exercer a referida função pelo prazo de seis anos.

44. (CESPE - 2013 - DEPEN - Agente Penitenciário) Em cada um dos itens é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965 e na Lei n.º 9.455/1997.

Um agente penitenciário federal determinou que José, preso sob sua custódia, permanecesse de pé por dez horas ininterruptas, sem que pudesse beber água ou alimentar-se, como forma de castigo, já que José havia cometido, comprovadamente, grave falta disciplinar. Nessa situação, esse agente cometeu crime de tortura, ainda que não tenha utilizado de violência ou grave ameaça contra José.

45. (CESPE - PRF - Policial Rodoviário Federal) Com fundamento na legislação que define os crimes de tortura e de tráfico de pessoas, julgue os itens a seguir.

Para que um cidadão seja processado e julgado por crime de tortura, é prescindível que esse crime deixe vestígios de ordem física.

46. (MPE-SC - MPE-SC - Promotor de Justiça - Manhã) Analise cada um dos enunciados das questões abaixo e assinale "certo" (c) ou "errada" (e),

Para fins da Lei n. 9.455/97, a perda do cargo público, função ou emprego público é efeito extrapenal da sentença condenatória; e em se tratando de condenação de oficial da Polícia Militar pela prática do crime de tortura, a competência para decretar a perda do oficialato, como efeito da condenação, é da Justiça Comum.

47. **(2016 - UFMT - TJ-MT - Analista Judiciário - Direito) Em relação aos crimes de tortura, marque V para as afirmativas que correspondam ao tipo de crime descrito e F àquelas que não correspondem.**

( ) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

( ) Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

( ) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa.

( ) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

Assinale a sequência correta.

A) V, V, V, V

B) F, V, F, V

C) F, F, F, F

D) V, F, V, F

48. **(FGV - TJ-PI - Analista Judiciário -Escrivão Judicial) Ressalvada a situação daquele que se omite, quando tinha dever de evitar ou apurar, os condenados por crime de tortura, na forma da Lei nº 9.455/97, devem cumprir a pena em regime:**

A) integralmente fechado;

B) inicialmente fechado;

C) inicialmente semiaberto;

D) inicialmente semiaberto, no caso de tortura vindicativa;

E) aberto.

QUESTÕES COMENTADAS

1. (2019 - IADES - SEAP-GO - Agente de Segurança Prisional) A respeito da Lei no 9.455/1997 (Lei da Tortura), assinale a alternativa correta.

A) A consumação se dá com o emprego de meios violentos, ocasionando sofrimento físico ou mental, englobando, inclusive, o mero aborrecimento, o qual é apto a configurar o crime de tortura.

B) A tortura-castigo exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o passivo.

C) A diferenciação entre a tortura e os maus-tratos é o elemento subjetivo. No crime de maus-tratos, não há o animus corrigendi, disciplinandi, já no crime de tortura, o agente tem esse ânimo, além de agir com ódio, com vontade de ver um sofrimento desnecessário, com sadismo.

D) O objeto jurídico tutelado pela norma penal no crime de tortura é apenas a integridade corporal e a saúde física.

E) O dolo específico não constitui elementar fundamental para a configuração das modalidades do crime de tortura previstas no art. 10 da Lei no 9.455/1997.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. Vejamos:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

*II - submeter alguém, **sob sua guarda**, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.*

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

2. (2019 - FEPESE - SJC-SC - Agente Penitenciário) Analise as afirmativas abaixo com fundamento na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1977, que define os crimes de tortura e dá outras providências.

1. Aumenta-se a pena do crime de tortura de um sexto até um terço se o crime é cometido mediante sequestro.

2. A pena para o crime de tortura, quando resulta morte, é de reclusão de oito a doze anos.

3. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

4. O condenado por crime de tortura, quando resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

A) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

B) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

C) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. Maldade da banca. No item 2, se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena **é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.** Com relação ao item 4, **s**egundo o STF, os condenados por Tortura não precisam iniciar necessariamente o cumprimento da pena em regime fechado. Entretanto, o dispositivo nunca foi alterado e nem revogado, e por isso ele pode vir a ser cobrado em prova, especialmente em questões que exigem a literalidade da lei, como aconteceu na questão em análise.

3. (2018 - IBADE - SEJUDH - MT - Assistente do Sistema Socioeducativo – Técnico de Saúde Bucal) Aquele que constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa, pratica crime de:

A) maus-tratos.

B) tortura.

C) homicídio.

D) constrangimento ilegal.

E) omissão de socorro.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. Constitui **crime de tortura** constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

4. (2019 - FADESP - CPC-RENATO CHAVES - Perito Criminal - Engenharia Civil) Acerca do crime de tortura, previsto na Lei 9455/97, é INCORRETO afirmar que

A) configura tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

B) configura tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

C) configura tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa.

D) na mesma pena do crime de tortura incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a(à) medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

E) na mesma pena incorre quem se omite em face das condutas descritas como tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão. Não, aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

5. (2019 - FCC - SEFAZ-BA - Auditor Fiscal - Administração, Finanças e Controle Interno - Prova I) Lindomar é agente público e foi condenado à pena de reclusão de quatro anos pela prática de tortura. De acordo com a Lei federal nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências, a condenação de Lindomar acarretará a

A) suspensão do seu cargo, função ou emprego público por dois anos.

B) perda do seu cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por quatro anos.

C) suspensão do seu cargo, função ou emprego público por quatro anos.

D) perda do seu cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por oito anos.

E) perda do seu cargo, função ou emprego público e a interdição permanente para seu exercício.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo **dobro do prazo da pena aplicada.**

6. (2019 - INSTITUTO AOCP - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8) A respeito dos Crimes de Tortura, regulados pela Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa correta.

A) A pena prevista para o crime de tortura consistente em submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, é de reclusão de dois a cinco anos.

B) A pena prevista para aquele que se omite em face de condutas que caracterizam crimes de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, é de um a três anos.

C) O agente público que pratica uma das condutas que caracterizam crimes de tortura terá a pena aumentada em dois terços.

D) O agente público condenado por crime de tortura perderá o cargo, função ou emprego público e sofrerá interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

E) O crime de tortura é insuscetível de fiança ou graça, mas é suscetível de anistia.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo **dobro do prazo da pena aplicada.**

7. (2018 - COPS-UEL - PC-PR - Escrivão de Polícia) Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a denominação do crime decorrente de constrangimento a alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial e apenado com reclusão de 2 a 8 anos.

A) Crime de constrangimento ilegal.

B) Crime de lesão física e mental.

C) Crime de violência ou grave ameaça.

D) Crime de racismo.

E) Crime de tortura.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão. Trata-se de crime de tortura!

8. (2018 - IBFC - SEAP-MG - Agente de Segurança Penitenciário) No que diz respeito ao crime de tortura, assinale a alternativa correta.

A) o crime de tortura é afiançável

B) o crime de tortura é suscetível de anistia

C) a condenação deve acarretar a perda do cargo público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada

D) constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, com emprego de grave ameaça, a intenso sofrimento mental, como forma de aplicar castigo pessoal

E) o crime de tortura é suscetível de graça

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. Trata-se da tortura-castigo

9. (2018 - IBFC - SEAP-MG - Agente de Segurança Penitenciário) Assinale a alternativa correta. No crime de tortura, a pena aumenta de um sexto até um terço se o crime é cometido:

A) contra pessoa maior de 50 (cinquenta) anos

B) mediante rapto

C) por agente público

D) mediante extorsão

E) mediante violência ou grave ameaça

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. Segundo o art. 1, parágrafo 4º aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

Quem seria o agente público?

A doutrina afirma que se deve utilizar o conceito do art. 327 do CP (funcionário público).

Assim, para fins penais, agente público = funcionário público do art. 327 do CP.

10. (2018 - AOCP - SUSIPE-PA - Agente Prisional) De acordo com a Lei nº 9.455/1997, se do crime de tortura resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de

A) quatro a dez anos.

B) seis a doze anos.

C) um a quatro anos.

D) dois a oito anos.

E) seis a vinte anos.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos.

11. (2018 - CESPE - Polícia Federal - Delegado de Polícia Federal) Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação a crime de tortura, crime hediondo, crime previdenciário e crime contra o idoso.

Cinco guardas municipais em serviço foram desacatados por dois menores. Após breve perseguição, um dos menores evadiu-se, mas o outro foi apreendido. Dois dos guardas conduziram o menor apreendido para um local isolado, imobilizaram-no, espancaram-no e ameaçaram-no, além de submetê-lo a choques elétricos. Os outros três guardas deram cobertura. Nessa situação, os cinco guardas municipais responderão pelo crime de tortura, incorrendo todos nas mesmas penas.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. Questão complicada, mas de acordo com o artigo 29 do Código Penal, "quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade." A conduta dos dois guardas que conduziram o menor apreendido para local isolado se subsume diretamente ao tipo penal do artigo 1º, inciso II, da Lei nº 9.455/1997. À conduta dos guardas que deram cobertura, aplica-se, ainda que de modo indireto, por força do disposto no artigo 29 do Código Penal, o referido dispositivo da Lei de Tortura.

12. **(2018 - UEG - PC-GO - Delegado de Polícia) Na hipótese de um servidor público ser condenado pelo crime de tortura qualificada pelo resultado morte a uma pena de doze anos de reclusão, referida condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por**

A) cinco anos

B) dez anos

C) doze anos

D) vinte e quatro anos

E) trinta e seis anos

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. Lembrem, dobro da pena!

13. **(2018 - IBADE - SEPLAG-SE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional) O agente público que submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, pratica o delito de:**

A) tortura com aumento de pena.

B) tortura.

C) maus-tratos com aumento de pena.

D) exposição a perigo.

E) maus-tratos.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. Segundo o art. 1, parágrafo 4º aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

Quem seria o agente público?

A doutrina afirma que se deve utilizar o conceito do art. 327 do CP (funcionário público).

Assim, para fins penais, agente público = funcionário público do art. 327 do CP.

14. (2018 -NUCEPE - PC-PI - Agente de Polícia Civil) Acerca do crime de tortura, marque a alternativa CORRETA.

A) Constitui-se crime de tortura, somente quando causar dano psíquico a outrem.

B) Caso o crime de tortura seja cometido por agente público, aumenta-se a pena de um terço à metade.

C) Nas situações previstas em lei, no crime de tortura, o juiz poderá arbitrar fiança.

D) Constitui-se crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

E) Em qualquer situação o condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. Trata-se da tortura-castigo.

15. (2018 -NUCEPE - PC-PI - Delegado de Polícia Civil) Após a Segunda Guerra Mundial, adotada e proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos inerentes à pessoa humana passam a ser protegidos mundialmente. No Brasil, os atos de tortura e as tentativas de praticar atos dessa natureza são coibidos. Marque abaixo a alternativa CORRETA quanto ao crime de tortura.

A) O crime de tortura é inafiançável, embora suscetível de graça ou anistia.

B) Se o crime de tortura é cometido contra maior de 60 (sessenta) anos aumenta-se a pena em de 1/3 (um terço) até à metade.

C) Se o crime de tortura é cometido por agente público, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) até à metade.

D) Não se constitui crime de tortura o constrangimento de alguém com o emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico, em razão de discriminação racial ou religiosa.

E) Constitui crime de tortura: constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o objetivo de obter alguma informação, declaração ou confissão.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão. Trata-se da tortura-prova!

16. (2018 - MPE-MS - MPE-MS - Promotor de Justiça Substituto) Analise as proposições a seguir.

I. Configura crime de preconceito de raça ou cor (Lei n. 7.716/1989) distribuir emblemas com símbolos que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

II. Adolescente que pratica ato infracional análogo ao do artigo 28 da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), pois apreendida consigo substância entorpecente para uso pessoal, não pode ter contra si aplicada medida socioeducativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) que restrinja, ainda que parcialmente, sua liberdade pessoal, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

III. É crime de tortura (Lei n. 9.455/1997) a conduta de constranger alguém com emprego de grave ameaça, causando-lhe sofrimento mental, em razão de discriminação religiosa.

IV. Tratando-se de crime hediondo ou equiparado (Lei n. 8.072/90), o condenado por crime de tortura (Lei n. 9.455/1997), em qualquer modalidade, deverá iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.

Assinale a alternativa correta.

A) Somente os itens I e II estão corretos.

B) Somente os itens III e IV estão corretos.

C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.

D) Somente os itens I, II e III estão corretos.

E) Todos os itens estão corretos.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. O erro do item IV é que nem sempre será inicialmente fechado.

17. (2018 - CESPE -STJ - Analista Judiciário - Judiciária) Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue.

A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Na verdade, é pelo dobro da pena.

18. **(2018 - CESPE - PC-MA - Investigador de Polícia) Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,**

A) e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.

B) estará configurada uma causa de aumento de pena.

C) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.

D) provado o fato, a pena será de detenção.

E) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. Segundo o art. 1, parágrafo 4º aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

19. **(2018 - CESPE - DPE-PE - Defensor Público) De acordo com a legislação penal especial, assinale a opção correta.**

A) Comete o crime de tortura aquele que, tendo o dever de evitar a conduta, se mantém omisso ao tomar ciência ou presenciar pessoa presa ser submetida a sofrimento físico ou mental, por meio da prática de ato não previsto legalmente.

B) A autoridade policial pode praticar a ação controlada — que consiste no retardamento da intervenção policial para aguardar o momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações — independentemente de prévia comunicação ao juiz competente.

C) Será interditado do exercício da atividade pública por igual período ao da pena privativa de liberdade prevista no Código Penal para o crime de lavagem de dinheiro o indivíduo que, exercendo cargo ou função pública de qualquer natureza, for condenado pela prática de tal crime.

D) Sendo o servidor público condenado por crime de abuso de autoridade, será decretada a perda do cargo e a sua inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo de até cinco anos.

E) Em qualquer hipótese, configura-se o crime de disparo de arma de fogo disparar arma de fogo com a finalidade de praticar outro crime.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. Conduta omissiva ("tortura imprópria" ou "tortura anômala"). Art.1 (...) § 2º aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

20. (2017 - CESPE - PGE-SE - Procurador do Estado) No que concerne ao crime de tortura, assinale a opção correta.

A) O indivíduo que se omite ante a prática de tortura quando deveria evitá-la responde igualmente pela conduta realizada.

B) A legislação especial brasileira concernente à tortura aplica-se somente aos crimes ocorridos em território nacional.

C) No crime de tortura, a prática contra adolescente é causa de aumento de pena de um sexto até um terço.

D) A condenação de funcionário público por esse crime gera a perda do cargo, desde que a sentença assim determine e que a pena aplicada seja superior a quatro anos.

E) A submissão de pessoa presa a sofrimento físico ou mental por funcionário público que pratique atos não previstos em lei exige o dolo específico.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. Segundo o art. 1, parágrafo 4º aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

21. (2017 - UECE-CEV - SEAS - CE - Assistente Social / Pedagogo / Psicólogo) O disposto na Lei Federal nº 9.455 de 1997 (Lei da Tortura)

A) aplica-se quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima estrangeira, ainda que o agente não se encontre em local sob jurisdição brasileira.

B) não se aplica quando o crime não tenha sido cometido em território nacional.

C) aplica-se quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

D) não se aplica quando o crime tenha sido cometido em território nacional, mas a vítima seja estrangeira.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão.

22. (2017 - IBFC -EMBASA - Engenheiro (Engenharia Civil/Produção Civil) Assinale a alternativa incorreta sobre as previsões expressas da Lei Federal nº 9.455, de 07 de abril de 1997 que define os crimes de tortura e dá outras providências.

A) Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa

B) Aquele que submeter pessoa presa ou sujeita a medida de segurança, a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal, incorre em pena diversa àquela prevista para o crime de tortura

C) No crime de tortura, aumenta-se a pena de um sexto até um terço, se o crime é cometido por agente público

D) No crime de tortura, aumenta-se a pena de um sexto até um terço, se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

23. (CESPE – 2018 – Investigador - PC MA) Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,

a) e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.

b) estará configurada uma causa de aumento de pena.

c) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.

d) provado o fato, a pena será de detenção.

e) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. "Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

(...)

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

(...)

4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público.

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos.

III - se o crime é cometido mediante sequestro."

24. (CESPE - Analista Judiciário (STJ)/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018) Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue.

A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Art. 1º (...)

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

25. (CESPE - Procurador do Estado de Sergipe/2017) No que concerne ao crime de tortura, assinale a opção correta.

a) O indivíduo que se omite ante a prática de tortura quando deveria evitá-la responde igualmente pela conduta realizada.

b) A legislação especial brasileira concernente à tortura aplica-se somente aos crimes ocorridos em território nacional.

c) No crime de tortura, a prática contra adolescente é causa de aumento de pena de um sexto até um terço.

d) A condenação de funcionário público por esse crime gera a perda do cargo, desde que a sentença assim determine e que a pena aplicada seja superior a quatro anos.

e) A submissão de pessoa presa a sofrimento físico ou mental por funcionário público que pratique atos não previstos em lei exige o dolo específico.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. Art. 1º (...)

4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente;

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

Na letra "A"

Art. 1º Constitui crime de tortura:

(...)

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

Na letra "B"

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Na letra "D"

Art. 1º (...)

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Na letra "E"

Art. 1º Constitui crime de tortura:

(...)

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

26. (CESPE - Agente de Polícia (PC GO)/2016 - adaptada) À luz das disposições da Lei n.º 9.455/1997, que trata dos crimes de tortura, julgue o item.

O delegado que se omite em relação à conduta de agente que lhe é subordinado, não impedindo que este torture preso que esteja sob a sua guarda, incorre em pena mais branda do que a aplicável ao torturador.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos; (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

III - se o crime é cometido mediante seqüestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

27. (CESPE – DEPEN - Agente Penitenciário Federal - Área 3) Com base na Lei Antitortura e na Lei contra Abuso de Autoridade, julgue o item subsequente.

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Um servidor público federal, no exercício de atividade carcerária, colocou em perigo a saúde física de preso em virtude de excesso na imposição da disciplina, com a mera intenção de aplicar medida educativa, sem lhe causar sofrimento. ASSERTIVA: Nessa situação, o referido agente responderá pelo crime de tortura.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Pessoal, a Lei 9.455/97 no seu art. 1º, II menciona que constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, **a intenso sofrimento físico ou mental**, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Percebam que o agente agiu por excesso, e sem causar sofrimento, logo, não temos aqui o crime de tortura. Poderia se enquadrar no crime de maus-tratos (art. 136) do Código Penal.

28. (2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) No que diz respeito à legislação penal extravagante, segundo entendimento do STJ e do STF, julgue o item.

A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição, para seu exercício, pelo triplo do prazo da pena aplicada.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Para resolver esta questão, é necessário o conhecimento do artigo 1º, § 5º da Lei 9455/97, vejamos:

"Art. 1º - (..) § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada"

29. **(CESPE - 2004 - Polícia Federal - Escrivão da Polícia Federal - Regional) Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.**

Um agente de polícia civil foi condenado a 6 anos de reclusão pela prática de tortura contra preso que estava sob sua autoridade. Nessa situação, o policial condenado deve perder seu cargo público e, durante 12 anos, ser-lhe-á vedado exercer cargos, funções ou empregos públicos.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. Para resolver esta questão, é necessário o conhecimento do artigo 1º, § 5º da Lei 9455/97, vejamos:

"Art. 1º - (..) § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada"

30. **(CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia) Determinado policial militar efetuou a prisão em flagrante de Luciano e o conduziu à delegacia de polícia. Lá, com o objetivo de fazer Luciano confessar a prática dos atos que ensejaram sua prisão, o policial responsável por seu interrogatório cobriu sua cabeça com um saco plástico e amarrou-o no seu pescoço, asfixiando-o. Como Luciano não confessou, o policial deixou-o trancado na sala de interrogatório durante várias horas, pendurado de cabeça para baixo, no escuro, período em que lhe dizia que, se ele não confessasse, seria morto. O delegado de polícia, ciente do que ocorria na sala de interrogatório, manteve-se inerte. Em depoimento posterior, Luciano afirmou que a conduta do policial lhe provocara intenso sofrimento físico e mental.**

Considerando a situação hipotética acima e o disposto na Lei Federal n.º 9.455/1997, julgue os itens subsequentes.

O delegado não pode ser considerado coautor ou partícipe da conduta do policial, pois o crime de tortura somente pode ser praticado de forma comissiva.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Negativo pessoal, o Delegado omitiu-se e tinha o dever de evitar, vejamos trechos da lei:

"Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos."

31. (Estilo CESPE - 2020) Acerca dos crimes de abuso de autoridade e de tortura, julgue os itens subsequentes.

Há concurso de crimes de abuso de autoridade e de tortura se, em um mesmo contexto, mas com desígnios autônomos, dois agentes torturam preso para que ele confesse a autoria de delito e, em seguida, o exibem, sem autorização, para as redes de televisão como suposto autor confesso do crime.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. O STF e STJ pacificaram o entendimento de que o **crime de abuso de autoridade** não absorve nem é absorvido por nenhum crime. Prevalece na doutrina que a tortura absorve o crime de abuso de autoridade. Há posicionamento divergente, minoritário (esse caso da questão), no sentido de que pode cumular. Assim, seguimos para a sua prova, o posicionamento do STF e STJ. O CESPE, em 2010, considerou errada a seguinte questão: "O crime de tortura praticado, em qualquer de suas modalidades, por agente público no exercício de suas funções absorve, necessariamente, o delito de abuso de autoridade".

32. (CESPE - TJ-AC - Técnico Judiciário - Área Judiciária) Acerca das leis penais extravagantes, julgue os itens subsecutivos, de acordo com o magistério doutrinário e jurisprudencial dominantes.

Suponha que João, penalmente capaz, movido por sadismo, submeta Sebastião, com emprego de violência, a contínuo e intenso sofrimento físico, provocando-lhe lesão corporal de natureza gravíssima. Nessa situação, João deverá responder pelo crime de tortura e, se condenado, deverá cumprir a pena em regime inicial fechado.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Pessoal, segue o entendimento de Guilherme de Souza Nucci, quanto ao crime de tortura, nos seguintes termos:

" Elemento subjetivo: exige-se o dolo, não existindo a forma culposa; Há elemento subjetivo específico: "obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa"; "provocar ação ou omissão de natureza criminosa"; "por motivo de discriminação racial ou religiosa". Limitou-se, indevidamente, o alcance do tipo da tortura. Aquele que, por exemplo, torturar alguém por sadismo, **não poderá ser inserido nesta figura criminosa**, o que é incompreensível."

33. (CESPE - TJ-PB - Juiz Substituto) Julgue os itens a respeito das penas e efeitos da condenação previstos na Lei n.º 9.455/1997, que define o crime de tortura.

A condenação por crime de tortura somente importará na perda do cargo, função ou emprego público em caso de aplicação de regime semiaberto ou fechado para cumprimento de pena.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Não há esta condição no final da questão. Para resolver esta questão, é necessário o conhecimento do artigo 1º, § 5º da Lei 9455/97, vejamos:

"Art. 1º - (..) § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e **a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada"**

34. (Estilo CESPE - 2020) Em relação aos crimes contra a fé pública, aos crimes contra a administração pública, aos crimes de tortura e aos crimes contra o meio ambiente, julgue o item a seguir.

Caracteriza uma das espécies do crime de tortura a conduta consistente em, com emprego de grave ameaça, constranger outrem em razão de discriminação racial, causando-lhe sofrimento mental.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. Isso mesmo, trata-se do terceiro crime do art. 1º, I - a tortura-racismo - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa.

35. (CESPE - Juiz de Direito Substituto – TJ) Considerando as leis que tratam da tortura, julgue os itens.

O crime de tortura que resulta em lesão corporal de natureza grave ou gravíssima é punível conforme as penas previstas para esse delito, acrescidas das referentes ao delito de lesão corporal grave ou gravíssima.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Aqui temos **a tortura qualificada**, a qual terá uma pena diferenciada. Vejamos:

"Art. 1º(...)§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos."

36. (Estilo CESPE - 2020 - Inédita) Julgue os itens, à luz do disposto nas leis que definem os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor e os crimes de tortura.

Considere que um policial civil, após infligir sofrimento mental mediante privação do sono, exija que o acusado de roubo reconheça determinado homem como sendo seu comparsa. Nessa situação, o referido policial não cometeu o delito de tortura, mas de constrangimento ilegal em concurso material com cárcere privado.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Fica notório que a atitude do policial vai ao encontro do Art. 1º, I, a. Vejamos:

"Art. 1º Constitui crime de tortura:

I – constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; (...)"

Vamos ver, também, que por se tratar de uma agente público caberá uma aumento **da pena de um sexto até um terço**.

37. (Estilo CESPE - 2020 - Inédita) Julgue os itens, à luz do disposto nas leis que definem os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor e os crimes de tortura.

Por se tratar de crime próprio, o crime de tortura é caracterizado pelo fato de o agente que o pratica ser funcionário público.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. O crime de tortura é crime comum, logo, não exige uma condição especial do agente, ok?

38. (CESPE - MPU - Técnico de Apoio Especializado - Transporte) Com relação aos crimes de tortura, julgue os próximos itens.

O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. Isso mesmo, vejamos:

"Art.1 (...) § 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia."

39. CESPE - Polícia Federal - Agente da Polícia Federal) A respeito das leis especiais, julgue os itens a seguir.

O policial condenado por induzir, por meio de tortura praticada nas dependências do distrito policial, um acusado de tráfico de drogas a confessar a prática do crime perderá automaticamente o seu cargo, sendo desnecessário, nessa situação, que o juiz sentenciante motive a perda do cargo.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. Segundo a Lei n.º 9.455/1997: Art. 1º, § 5º - A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Só que, consoante a jurisprudência do STJ, "a pena acessória de perda do cargo não é efeito automático da condenação – exceção feita ao crime de tortura." (HC 89.752/SP,Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 09/11/2010, DJe 17/)

40. (Estilo CESPE - 2020 - Inédita) Com referência às penas e à sua aplicação, julgue os seguintes itens.

Se um integrante de corporação policial militar for processado penalmente pela prática de tortura ao submeter agente preso por sua guarnição a sofrimento físico intenso com a intenção de obrigá-lo a delatar os comparsas, o julgamento do processo deverá ocorrer na justiça comum, e a eventual condenação implicará, automaticamente, a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, como efeito automático da condenação, dispensando-se motivação circunstanciada.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou o entendimento de que não é necessária motivação na sentença de condenação por crime de tortura.

41. (CESPE - 2013 - PC-DF - Agente de Polícia) Julgue o item que se segue, acerca da legislação especial criminal.

O agente público que submeter pessoa presa a sofrimento físico ou mental, ainda que por intermédio da prática de ato previsto em lei ou resultante de medida legal, praticará o crime de tortura.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Questão maldosa, a Lei não menciona tal conduta, e falando de medida legal, afasta o crime de tortura, pois, o fato de o agente estar preso, já passa a ser um sofrimento, em fim, a banca fez uma maldade para "eliminar", fiquem atentos!

"Art. 1º, Lei nº 9.455/97 - Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal."

42. (CESPE - PC-DF - Escrivão de Polícia) Em relação aos crimes de tortura (Lei n. o 9.455/1997), julgue os itens que se seguem.

Considere a seguinte situação hipotética.

O agente carcerário X dirigiu-se ao escrivão de polícia Y para informar que, naquele instante, o agente carcerário Z estava cometendo crime de tortura contra um dos presos e que Z disse que só pararia com a tortura depois de obter a informação desejada.

Nessa situação hipotética, se nada fizer, o escrivão Y responderá culposamente pelo crime de tortura.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. No caso apresentado a escrivão Y cometeu o crime por omissão, vejamos:

"art. 1º (...)§ 2º Aquele **que se omite** em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos."

43. **(CESPE - DEPEN - Agente Penitenciário) Em cada um dos itens é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965 e na Lei n.º 9.455/1997.**

Joaquim, agente penitenciário federal, foi condenado, definitivamente, a uma pena de três anos de reclusão, por crime disposto na Lei n.º 9.455/1997. Nos termos da referida lei, Joaquim ficará impedido de exercer a referida função pelo prazo de seis anos.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. Trata-se do efeito da condenação, vejamos:

"art. 1º(...) § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada."

44. **(CESPE - 2013 - DEPEN - Agente Penitenciário) Em cada um dos itens é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965 e na Lei n.º 9.455/1997.**

Um agente penitenciário federal determinou que José, preso sob sua custódia, permanecesse de pé por dez horas ininterruptas, sem que pudesse beber água ou alimentar-se, como forma de castigo, já que José havia cometido, comprovadamente, grave falta disciplinar. Nessa situação, esse agente cometeu crime de tortura, ainda que não tenha utilizado de violência ou grave ameaça contra José.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. Vejamos o tipo:

"art.1º (...) II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, **como forma de aplicar castigo pessoal** ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos."

45. **(CESPE - PRF - Policial Rodoviário Federal) Com fundamento na legislação que define os crimes de tortura e de tráfico de pessoas, julgue os itens a seguir.**

Para que um cidadão seja processado e julgado por crime de tortura, é prescindível que esse crime deixe vestígios de ordem física.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. O crime se consuma com o constragimento independentemente da ocorrência do resultado. Trata-se, portanto, de crime formal.

46. **(MPE-SC - MPE-SC - Promotor de Justiça - Manhã) Analise cada um dos enunciados das questões abaixo e assinale "certo" (c) ou "errada" (e),**

Para fins da Lei n. 9.455/97, a perda do cargo público, função ou emprego público é efeito extrapenal da sentença condenatória; e em se tratando de condenação de oficial da Polícia Militar pela prática do crime de tortura, a competência para decretar a perda do oficialato, como efeito da condenação, é da Justiça Comum.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. Trata-se de competência da Justiça comum.

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MATÉRIA CRIMINAL. POLICIAL MILITAR. CRIME DE TORTURA. LEI 9.455/1997. CRIME COMUM. PERDA DO CARGO. EFEITO DA CONDENAÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. INAPLICABILIDADE DO ART. 125, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.

Em se tratando de condenação de oficial da Polícia Militar pela prática do crime de tortura, sendo crime comum, a competência para decretar a perda do oficialato, como efeito da condenação, **é da Justiça Comum."**

47. **(2016 - UFMT - TJ-MT - Analista Judiciário - Direito) Em relação aos crimes de tortura, marque V para as afirmativas que correspondam ao tipo de crime descrito e F àquelas que não correspondem.**

( ) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

( ) Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

( ) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa.

( ) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

Assinale a sequência correta.

A) V, V, V, V

B) F, V, F, V

C) F, F, F, F

D) V, F, V, F

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. Todos os itens estão corretos! Estão tipificados no art. 1º da Lei de Tortura. Vejamos!

"Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo."

48. (FGV - TJ-PI - Analista Judiciário -Escrivão Judicial) Ressalvada a situação daquele que se omite, quando tinha dever de evitar ou apurar, os condenados por crime de tortura, na forma da Lei nº 9.455/97, devem cumprir a pena em regime:

A) integralmente fechado;

B) inicialmente fechado;

C) inicialmente semiaberto;

D) inicialmente semiaberto, no caso de tortura vindicativa;

E) aberto.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. O texto da lei menciona, no seu art.1º § 7º que será inicialmente fechado. Entretanto, o STF já se posicionou que é inconstitucional a Lei que impõe o regime inicial fechado para os crimes hediondos e equiparados.

Em um julgado recente, o Ministro Marco Aurélio mencionou que o art. 1º, § 7º, da Lei nº 9.455/1997 seria constitucional, ou seja, seria legítima a regra que impõe o regime inicial fechado para o crime de tortura. Vejamos o julgado!

"O condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado, nos termos do disposto no § 7º do art. 1º da Lei 9.455/1997 - Lei de Tortura. Com base nessa orientação, a Primeira Turma denegou pedido formulado em "habeas corpus", no qual se pretendia o reconhecimento de constrangimento ilegal consubstanciado na fixação, em sentença penal transitada em julgado, do cumprimento das penas impostas aos pacientes em regime inicialmente fechado. Alegavam os impetrantes a ocorrência de violação ao princípio da individualização da pena, uma vez que desrespeitados os artigos 33, § 3º, e 59 do CP. Apontavam a existência de similitude entre o disposto no artigo 1º, § 7º, da Lei de Tortura e o previsto no art. 2º, § 1º, da Lei de Crimes Hediondos, dispositivo legal que já teria sido declarado inconstitucional pelo STF no julgamento do HC 111.840/ES (DJe de 17.12.2013). Salientavam, por fim, afronta ao Enunciado 719 da Súmula do STF. **O Ministro Marco Aurélio (relator) denegou a ordem. Considerou que, no caso, a dosimetria e o regime inicial de cumprimento das penas fixadas atenderiam aos ditames legais. Asseverou não caber articular com a Lei de Crimes Hediondos, pois a regência específica (Lei 9.455/1997) prevê expressamente que o condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado, o que não se confundiria com a imposição de regime de cumprimento da pena integralmente fechado. Assinalou que o legislador ordinário, em consonância com a CF/1988, teria feito uma opção válida, ao prever que, considerada a gravidade do crime de tortura, a execução da pena, ainda que fixada no mínimo legal, deveria ser cumprida inicialmente em regime fechado, sem prejuízo de posterior progressão.** Os Ministros Roberto Barroso e Rosa Weber acompanharam o relator, com a ressalva de seus entendimentos pessoais no sentido do não conhecimento do "writ". O Ministro Luiz Fux, não obstante entender que o presente "habeas corpus" faria as vezes de revisão criminal, ante o trânsito em julgado da decisão impugnada, acompanhou o relator. HC 123316/SE, rel. Min. Marco Aurélio, 9.6.2015. (HC-123316)"'

GABARITO

GABARITO

1. B
2. C
3. B
4. E
5. D
6. D
7. E
8. D
9. C
10. A
11. C
12. D
13. A
14. D
15. E
16. D
17. E
18. B
19. A
20. C
21. C
22. B
23. B
24. E
25. C
26. C
27. E
28. E
29. C
30. E
31. C
32. E
33. E
34. C
35. E
36. E
37. E
38. C
39. C
40. C
41. E
42. E
43. C
44. C
45. C
46. C
47. A
48. B

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.